



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfcf@jfrj.jus.br

Processo nº 0500491-14.2019.4.02.5101 (2019.51.01.500491-6)
Autor: MINISTERIO PUBLICO FEDERAL
Réu: NAO IDENTIFICADO

JFRJ
Fls 1142

CONCLUSÃO

Nesta data, faço estes autos conclusos
a(o) MM^(a). Juiz(a) da 7ª Vara Federal Criminal/RJ.
Rio de Janeiro/RJ, 12 de fevereiro de 2019

FERNANDO ANTONIO SERRO POMBAL
Diretor(a) de Secretaria
(TRFPMP)

DECISÃO

Trata-se de representação do MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL às fls. 3/94, objetivando o deferimento das seguintes medidas:

- 1) **PRISÃO PREVENTIVA** de SERGIO GUARACIABA MARTINS REINAS, NISSIM CHREIM e THANIA NAZLI BATTAT CHREIM
- 2) **PRISÃO TEMPORÁRIA** de JONATHAN CHAHOUD CHREIM
- 3) **BUSCA E APREENSÃO** na residência dos investigados SERGIO GUARACIABA MARTINS, NISSIM CHREIM, THANIA NAZLI e JONATHAN CHAHOUD CHREIM.

Instruem os autos os documentos de fls. 95/1141.

Narra o MPF que com o desenrolar das investigações no âmbito das **Operações Calicute, Eficiência e Hic et Ubique**, todas em curso nesta 7ª Vara Federal Criminal, foi possível desbaratar uma gigantesca Organização Criminosa-ORCRIM, responsável por desvio milionário de dinheiro dos cofres públicos do Governo do Estado do Rio de Janeiro, cuja liderança é atribuída ao ex-governador Sérgio Cabral dos Santos Filho.

Segundo o órgão ministerial, por meio das colaborações premiadas de RENATO CHEBAR e MARCELO CHEBAR, foi revelado que grande parte da propina desviada pela organização criminosa instalada em administrações públicas no Estado do Rio de Janeiro, objeto de vários procedimentos criminais em curso neste Juízo, foi



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1143

remetida para o exterior, principalmente por meio dos doleiros, VINICIUS CLARET (JUCA ou JUCA BALA) e CLAUDIO FERNANDO (TONY ou PETER).

Posteriormente, foi homologado por esse Juízo acordo de colaboração premiada de VINICIUS e CLAUDIO, sob o nº 0502635-92.2018.4.02.5101, possuindo como aderentes LUIZ FERNANDO SOUSA, CARLOS JOSÉ ALVES RIGAUD, LUIZ CLAUDIO SILVA LISBOA e WALTER MESQUITA, no qual eles apresentam detalhes sob a *modus operandi* utilizado por eles, inclusive com a identificação de novas contas no exterior.

Assim, em 03 de maio do presente ano foi deflagrada a Operação “Câmbio Desligo”, na qual foi determinada a prisão preventiva e temporária de diversos doleiros e seus respectivos funcionários, todos indicados pelos colaboradores VINICIUS CLARET e CLAUDIO BARBOZA, como participantes do esquema de lavagem de dinheiro e remessa de numerário ao exterior.

Nesse momento, o MPF pretende a extensão dessa operação a fim de verificar as transações realizadas por outros doleiros identificados no sistema dos colaboradores (ST e Bankdrop), quais sejam: NISSIM CHREIM, codinome “Miojo” e SERGIO GUARACIABA MARTINS REINAS, codinomes “ROMA” e “MISTER”.

Assim, o *parquet* pretende desbaratar todo esquema estruturado pelos doleiros-colaboradores, apontando os agentes e operadores, bem como paralisando a rede de movimentação de numerário ilícito.

Dessa forma, no presente momento, o Ministério Público Federal entende necessária a autorização do Juízo para a tomada de medidas cautelares mais gravosas, considerando o envolvimento relevante dos investigados nos ilícitos perpetrados pela ORCRIM que descreve.

É o relatório. **DECIDO.**

Trata-se, pois, da continuidade de investigações e processos criminais em curso neste Juízo Federal especializado quanto à prática de diversos crimes por uma



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1144

mesma ORCRIM. Na fase atual, aparecem novos agentes que, ao que tudo indica, estariam relacionados à referida organização criminosa.

Como mencionado pelo MPF, o farto material obtido **nas Operações Calicute, Eficiência, e Hic et Ubique**, juntamente com o acordo de colaboração premiada celebrado com JUCA e TONY, trazem ao conhecimento do juízo a atuação de outras pessoas operando na referida ORCRIM.

A título de contextualização: a Operação Eficiência teve seu foco nos mecanismos de lavagem de ativos praticados pela referida organização criminosa, sendo identificados dois dos principais operadores financeiros de SÉRGIO CABRAL, a saber, os irmãos RENATO e MARCELO CHEBAR, cujos termos de colaborações premiadas apontam para um aumento exorbitante de propina recebida, a partir de 2007, acarretando a contratação dos serviços de doleiros por SERGIO CABRAL para o envio ao exterior dos valores recebidos. Assim, foram utilizados os serviços dos doleiros VINÍCIUS CLARET (JUCA BALA) e CLAUDIO FERNANDO (TONY ou PETER).

A sistemática de como esses sofisticados crimes teriam sido praticados encontra-se nos autos da ação penal n.º 0502041-15.2017.4.02.5101, na qual descreve que os membros da organização criminosa mantiveram depósitos clandestinos em contas no exterior e promoveram a lavagem de ativos, em território estrangeiro, por várias formas, tendo VINÍCIUS CLARET e CLAUDIO BARBOZA sido os principais articuladores de tal feito.

Assim, os colaboradores assinalaram que operavam a partir de dois **sistemas, ST e Bankdrop**, nos quais eles identificavam os agentes que realizavam as transações tanto no Brasil quanto no exterior, conforme se depreende dos seus depoimentos, veja-se:

“Que o sistema ST funciona como um sistema bancário do colaborador, registrando todos os clientes e transações realizadas; Que o ST é um sistema de conta corrente, ao passo que o BankDrop é um local onde ficam registrados os detalhes das operações no exterior; Que o ST registra inclusive quanto que o colaborador ganhou no dia; Que todas as transações do BANKDROP estão registradas no ST, apesar de não possuir os detalhes das contas internacionais” - CLÁUDIO BARBOZA.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1145

“Que no ST há quatro possibilidades de transações: (1) compra, (2) venda, (3) Tr US e (4) Tr R\$; Que “compra” diz respeito à compra de dólares pela “empresa”, isto é, o colaborador recebe dólares em conta que indica no exterior e em contrapartida credita valores para o cliente em sua conta corrente; Que “venda” ocorre quando a “empresa” transfere dólares para conta indicada pelo cliente e recebe reais no Brasil em contrapartida; Que “Tr US” significa “transferência dólar”, isto é a liquidação do negócio em dólar; Que “Tr R\$” significa a “transferência em reais”, isto é, a liquidação do negócio em reais; Que para obter o extrato de um cliente é necessário selecionar no sistema “dólar e real”; Que a liquidação de uma operação nem sempre é feita de forma imediata, podendo ser fracionada ao longo do tempo, ocasião na qual serão registradas cada uma das operações;” - VINICIUS CLARET

Ressalta-se que, nos citados sistemas estão relacionadas mais de **3.000 offshores, cujas contas se dividem em 52 países, em transações que totalizam mais de US\$ 1.652.000.000,00** (um bilhão, seiscentos e cinquenta e dois milhões de dólares).

Ademais, conforme já delineado em diversos feitos perante este Juízo, a logística das operações financeiras relativa ao esquema dos colaboradores envolvia a custódia de valores nas transportadoras (Trans-Expert), bem como o aluguel de salas comerciais equipadas com cofre, alarme, portas blindadas e controle de acesso, a fim de armazenar os recursos utilizados de tais operações ilícitas.

Nesse panorama, será analisada a participação dos doleiros **SERGIO REINAS e NISSIM CHREIM**, ora alvos do Ministério Público Federal.

1 – PRISÃO PREVENTIVA

Com efeito, nos bojo do processo n° 0060662-28.2018.4.02.5101 (Operação Câmbio Desligo) relatei toda a dinâmica aparentemente operada pelos doleiros que atuavam junto aos colaboradores VINICIUS e CLAUDIO.

Naqueles autos, assinalai que os delitos relacionados à corrupção, como parece ser o caso, não podem ser tratados como crimes menores, pois a gravidade de ilícitos penais não deve ser medida apenas sob o enfoque da violência física imediata.

Em outras palavras: a repressão à organização criminosa que teria se instalado nos governos do estado e município do Rio de Janeiro há de receber deste Juízo Federal o rigor previsto no Ordenamento Jurídico nacional e internacional, sem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1146

esquecer da necessária e urgente atuação tanto para a cessação de atividades criminosas que estejam sendo praticadas (branqueamento de valores obtidos criminosamente, por exemplo) como para a recuperação dos valores desviados das fazendas públicas estadual e federal.

Cabe destacar que o Brasil se obrigou por meio do Decreto nº 4.410/2002 (Convenção Interamericana Contra a Corrupção) e do Decreto nº 5.015/2004 (Convenção da ONU contra o Crime Organizado Transnacional - Convenção de Palermo) a combater com vigor a corrupção e o crime organizado, sendo certo que uma vez ratificadas pela República Federativa do Brasil, as Convenções internacionais assumem o mesmo *status* das demais leis federais; assim, é de rigor a observância das citadas Convenções.

Nessa toada, muito embora ainda não haja decreto condenatório contra os o investigado, é certo que os crimes de corrupção e organização criminosa, como o narrado, devem ser tratados com a gravidade legalmente determinada; principalmente no presente caso, quando vem à tona a atuação de outras pessoas relativas à organização criminosa.

Pois bem, em maio de 2018, foi deflagrada a Operação Câmbio Desligo que revelou o esquema de lavagem de capital internacional, por meio de dólar cabo e dólar cabo invertido operado pelos doleiros colaboradores VINICIUS CLARET e CLAUDIO BARNOZA, numa intrincada rede de agentes.

Assim, nesse momento vem ao conhecimento do Juízo a suposta atuação de outros dois doleiros SERGIO GUARACIABA MARTINS REINAS e NISSIM CHREIM.

O colaborador CLAUDIO apontou que SERGIO GUARACIABA MARTINS REINAS, registrado sob os codinomes “ROMA” e “MISTER”, realizou operações no total de **R\$ 37.000.000,00** (trinta e sete milhões de reais), entre os anos 2011 a 2014.

Conforme narrado por Claudio Barboza, **SERGIO era conhecido como o doleiro e sócio de LUCIO FUNARO**, contudo após um desentendimento entre eles,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1147

SERGIO começou a atuar diretamente com os colaboradores, veja-se trecho do depoimento:

“QUE o colaborador acredita que conheceu SERGIO REINAS no final da década de 1990, como operador de LUCIO FUNARO; QUE SERGIO REINAS era sócio de FUNARO em uma corretora em São Paulo; QUE FUNARO e SERGIO REINAS chegaram a montar uma corretora no Uruguai, mas que acredita que a corretora não chegou a operar efetivamente, montada por meio de OSCAR ALGORTA; QUE FUNARO já operava com a mesa da Antur desde a década de 90, mas SERGIO REINAS começou a operar individualmente com o colaborador a partir de 2007, quando REINAS e FUNARO se desentenderam, com as contas denominadas MISTER nos sistemas do colaborador; QUE Reinas que apresentou o doleiro AGATA, sendo que pagava comissão a ele de cada operação que AGATA fazia; QUE outra conta de SERGIO REINAS é identificada nos sistemas com o codinome ROMA, registrada em 2010...”

LUCIO FUNARO, por sua vez, firmou acordo de colaboração, no qual indica que um dos responsáveis pelas operações fraudulentas que realizava era SERGIO REINAS, confira-se termo:

“QUE SERGIO REINAS começou então a trabalhar com o colaborador; QUE ENRICO MACHADO tinha um Anexo 4, ou seja, uma empresa cadastrada como Investidor Não Residente, e perguntou se o colaborador tinha algum indicado para ser o seu representante no Brasil; QUE o colaborador indicou SERGIO REINAS; QUE SERGIO REINAS chegou a ser representante deste Anexo 4; QUE após um tempo ENRICO pediu para parar de operar esse anexo; QUE o colaborador montou um anexo 4 próprio chamado GLOBAL TREND, mantido em Delaware, e colocou SERGIO REINAS como representante legal no Brasil; QUE o colaborador constava como beneficial owner da GLOBAL TREND; QUE isso aconteceu por volta de 2004; QUE todas as operações realizadas tanto no Anexo 4 de ENRICO quanto no Anexo 4 do Colaborador geravam para SERGIO REINAS uma remuneração percentual sobre os valores transacionados; QUE SERGIO REINAS tinha conta no exterior, salvo engano, mas recebia esses valores geralmente em dinheiro em espécie; QUE a GLOBAL TREND recebia dinheiro de clientes da corretora que não queriam aparecer, QUE a Global Trend era cadastrado como INR, ou seja, investidor não residente, na Bolsa de Valores;...; QUE quando SERGIO REINAS saiu do escritório em dezembro de 2008 esse Anexo 4 (GLOBAL TREND) passou a operar muito pouco, ...QUE na época que SERGIO REINAS trabalhou com o colaborador ele também operava em particular com os doleiros JUCA e TONY, mas o colaborador não sabe quem eram os clientes de SERGIO REINAS; QUE sabe que SERGIO REINAS também operava com outros doleiros como RICHARD OTERLOO e RAUL SROUR; QUE SERGIO trabalhava na mesa de operações do colaborador como head e controler, ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfcr@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1148

seja, quem respondia pela mesa na ausência do colaborador era SERGIO... QUE no processo que correu na CVM o colaborador contratou o escritório que fez a defesa da GLOBAL TREND e sua pessoal como de suas empresas; QUE após a decisão da CVM pela condenação do colaborador e de SERGIO REINAS, o colaborador avisou ao advogado que não arcaria com os custos advocatícios referentes a qualquer demanda da Global Trend Investments dali em diante...”

De acordo com o MPF, **SERGIO REINAS responde a ação de improbidade administrativa e também a procedimento instaurado na Comissão de Valores Mobiliários, em razão de irregularidades em operações envolvendo os Fundos da PRECE**, uma entidade fechada de previdência complementar (EFPC), criada pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE.

Ressalta-se que, de acordo com os colaboradores doleiros, SERGIO REINAS atuava na “compra” e “venda” de dólares, e também na utilização de sua conta de giro para a troca de cheques e pagamento de boletos fornecidos pelos colaboradores.

Ou seja, de acordo com a tese ministerial, SERGIO REINAS recebia dólares em contas que indicava no exterior mediante o pagamento de boletos fornecidos pelos colaboradores, e ainda era um gerador de reais no Brasil mediante troca de cheques em suas contas de giro com o pagamentos de boletos para os colaboradores.

A afirmação do MPF vai ao encontro do depoimento FUNARO, uma vez que ele confirma todo o esquema efetivado por SERGIO, bem como a relação com RICHARD OTERLOO e RAUL SROUR, dois doleiros investigados no âmbito da Operação Câmbio Desligo, deflagrada em maio de 2018.

A fim de corroborar a afirmações trazidas pelos colaboradores, o MPF juntou aos autos extratos das operações realizadas no sistema “BANKDROP” e contabilizados no sistema “ST”, além do relatório do COAF n. 36170, consignando uma série de operações suspeitas realizadas pelo investigado.

Dentre tais atividades, destaca-se os saques em espécie de valores superiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) efetuados nas contas da empresa RIO ALTO PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A, da qual SERGIO é sócio administrador.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1149

Já nos extratos do sistema ST acostados, nota-se a **movimentação da conta “ROMA” de R\$ 36.949.422,45 e USD 2.221.250,88; enquanto a conta “MISTER” registra o valor total de transferências em R\$ 531.751,37 e USD 130.937,20**, tudo no período de 2011 a 2014.

Ademais, o MPF acostou mensagens eletrônicas obtidas por meio do afastamento telemático, nas quais é possível perceber a ligação de SERGIO com LUCIO FUNARO, bem como com outros doleiros já denunciados na Operação Câmbio Desligo.

Nas mensagens eletrônicas, SERGIO encaminha a LUCIO FUNARO os extratos das contas de suas empresas, das quais, aparentemente, o primeiro figura como procurador. Além disso, há outras conversas sobre movimentações financeiras efetivadas com ROBERTA PRATA, auxiliar de PAULO SERGIO VAZ DE ARRUDA, ambos denunciados na citada operação.

Ou seja, ao que parece, SERGIO REINAS atuou em nome de LUCIO FUNARO e matinha contato com outros doleiros já investigados em operação pretérita, participando ativamente do esquema operado pelos colaboradores VINICIUS e CLAUDIO.

No mesmo contexto, o MPF indica a atuação de NISSIM CHREIM. Segundo o colaborador CLAUDIO, as operações de NISSIM totalizaram USD 22.000.000,00 (vinte e dois milhões de dólares), entre os anos 2011 a 2016.

De acordo com os colaboradores, NISSIM era conhecido desde a década de 90, pois era sócio e tio de CHAYA MUGHRABI, também investigado na Operação Câmbio Desligo e que permanece foragido.

Conforme narrado por Claudio Barboza, NISSIM operou diretamente com os colaboradores até o início de 2016, veja-se:

“QUE os colaboradores conheceram NISSIN em meados da década de 90, na época da STREAM TOUR, pois ele era sócio de CHAYA MUGHRABI (MONZA), conhecidos cambistas da cidade de São Paulo; QUE NISSIN era tio de CHAYA MUGHRABI (YASHA e de codinome MONZA), segundo informações que chegaram ao conhecimento dos colaboradores à época; QUE o colaborador chegou a encontrar pessoalmente com NISSIN em



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1150

algumas oportunidades, sendo a última vez em 2015; QUE as operações entre NISSIN e os colaboradores consistiam basicamente na compra de dólares; QUE em determinado momento, NISSIN rompeu com CHAYA e passou a operar diretamente com os colaboradores até o início de 2016;...”

A seu turno, as informações de Claudio foram confirmadas por Vinicius Claret, confira-se:

“QUE as operações entre NISSIN e os colaboradores consistiam basicamente na compra de dólares; QUE após a operação BANESTADO, NISSIN rompeu com CHAYA e deixou de trabalhar até o ano de 2010; QUE em 2010, NISSIN voltou a entrar em contato e operou com os colaboradores até o ano de 2016; QUE em contrapartida às operações de compra de dólares, os valores correspondentes eram depositados em contas do BRADESCO, trocados por cheques ou dinheiro em espécie, entregues sempre nas salas utilizadas pelos colaboradores na cidade de São Paulo...”

Destaca-se que o colaborador Claudio reconheceu NISSIM em foto apresentada na sede da Procuradoria do Ministério Público Federal.

Assim, consoante órgão ministerial, as operações de NISSIM consistiam na compra de dólares no exterior, por meio de contas na Suíça em nome de *offshores*, com o devido depósito de reais em contas no Bradesco, ou entrega de cheques ou de dinheiros em espécie nas salas utilizadas pelos colaboradores em São Paulo.

Nesse sentido, no registro de acesso de visitantes nas salas alugadas pelos colaboradores em São Paulo, é possível identificar diversas entradas de CHREIM no local, entre os anos de 2014 e início de 2016, o que é capaz de corroborar as informações dos colaboradores.

O Ministério Público destaca que **as datas de entrada nos locais pertencentes aos colaboradores coincidem com as datas anotadas no sistema ST para os dias de pagamento por NISSIM.**

Além desses elementos, **também foram acostados aos autos os extratos dos sistemas utilizados (o ST e o Bankdrop), com os indicativos das operações realizadas em favor do investigado, bem como o relatório do COAF que indica inconsistências nas movimentações financeiras do investigado.**



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1151

Acrescente-se a informação do relatório da Receita Federal IPEI nº RJ20180063 que aponta a incompatibilidade dos valores declarados por NISSIM, nos anos de 2013, 2014 e 2017, com a sua movimentação financeira para o período.

Destaca-se que a unidade de inteligência financeira identificou que os beneficiários de algumas *offshores* do Panamá, Suíça e Ilhas Virgens são justamente NISSIM e sua esposa THANIA CHREIM. Contudo, os dados obtidos pela quebra do sigilo fiscal apontam que NISSIM jamais declarou tais empresas à Receita Federal.

Nessa linha, o Relatório de Inteligência Financeira nº 36968 aponta especificamente as atividades da *offshore* BENDOL que recebeu, sem justificativa aparente, USD 20.000,00 (vinte mil dólares) da OST INVEST & FINANCE INC, empresa vinculada a PAULO ROBERTO COSTA, investigado na Lava Jato em Curitiba.

No que tange aos cheques apontados pelo órgão ministerial como parte do esquema de branqueamento de capital, observa-se, ao que tudo indica, que NISSIM quitava suas dívidas com cheques de terceiros.

Com os dados obtidos no afastamento telemático do endereço de e-mail de NISSIN, nota-se que o seu filho JONATHAN (próximo tópico) efetiva pagamentos rotineiros de atividades pessoais da família por meio de cheques pessoais e de terceiros.

Ou seja, os documentos comprobatórios trazem fortes indícios de que tanto SERGIO REINAS quanto NISSIM, com o auxílio de sua esposa, operavam no sistema esquematizado por VINICIUS e CLAUDIO, movimentando numerário em espécie proveniente da organização criminosa, auxiliando no branqueamento de capital.

Ademais, o MPF assinalou que SERGIO já responde a processo de improbidade administrativa e que NISSIM foi absolvido junto com Chaaya Moghrabi em processo de evasão de divisas, por insuficiência de provas.

Já THANIA é a responsável pelas *offshores* de NISSIM, sendo que apenas 3 foram identificadas pelo MPF, restando ainda 8 empresas no exterior, segundo os colaboradores VINICIUS e CLAUDIO.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1152

A contemporaneidade dos fatos ainda é confirmada pela investigação em face de NISSIM e sua esposa THANIA, em curso no Panamá, por falsificação de documento público.

Com isso, observa-se que os investigados, apesar de já terem respondido no Brasil a ações reativas às supostas condutas espúrias, parecem manter as práticas ilícitas em atividade.

Destarte, diante da análise do suporte probatório acostado pelo MPF, cabe destacar que o ordenamento jurídico estabelece genericamente que, para a concessão da prisão cautelar, de natureza processual, faz-se necessária a presença de pressupostos e requisitos legais, que uma vez presentes permitem a formação da convicção do julgador quanto à prática de determinado delito por aquela pessoa cuja prisão se requer.

À luz da garantia constitucional da não presunção de culpabilidade, nenhuma medida cautelar deve ser decretada sem que estejam presentes os pressupostos do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*. Entende-se por *fumus comissi delicti* a comprovação da existência de crime e de indícios suficientes de sua autoria e por *periculum libertatis*, o efetivo risco que o agente em liberdade pode criar à garantia da ordem pública, da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal e à aplicação da lei penal (artigo 312 do Código de Processo Penal).

No que toca especialmente ao fundamento da garantia da ordem pública, o Supremo Tribunal Federal já assentou que esta envolve, em linhas gerais: a) necessidade de resguardar a integridade física ou psíquica do preso ou de terceiros; b) necessidade de assegurar a credibilidade das instituições públicas, em especial o Poder Judiciário, no sentido da adoção tempestiva de medidas adequadas, eficazes e fundamentadas quanto à visibilidade e transparência da implementação de políticas públicas de persecução criminal; e c) objetivo de impedir a reiteração das práticas criminosas, desde que lastreado em elementos concretos expostos fundamentadamente.

Como já dito linhas acima, e reiterando decisões cautelares anteriores, em se confirmando as suspeitas inicialmente apresentadas, as quais seriam suportadas pelo conjunto probatório apresentado em justificação para as graves medidas cautelares



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1153

requeridas, estaremos diante de **graves delitos de evasão de divisas, organização criminosa e lavagem de dinheiro.**

Dessa forma, **após a explanação sobre os requeridos**, tenho por evidenciados os pressupostos para o deferimento da medida cautelar extrema, consubstanciados na presença do *fumus comissi delicti*, ante a aparente comprovação da materialidade delitiva e de **indícios suficientes que apontam para a autoria de crimes graves.**

Encontra-se também presente o segundo pressuposto necessário à decretação da cautelar, qual seja, o *periculum libertatis*, nestes autos representado pelo risco efetivo que os requeridos em liberdade possam criar à garantia da ordem pública, da conveniência da instrução criminal e à aplicação da lei penal (artigo 312 do Código de Processo Penal).

Além disso, afirmo a necessidade da prisão preventiva, **que não é atendida por nenhuma outra medida cautelar alternativa**, mesmo as estipuladas no art. 319 do CPP, **ante o comportamento acima descrito dos investigados requeridos.**

Não se olvide, ademais, que tão importante quanto investigar a fundo a atuação ilícita da ORCRIM descrita, com a consequente punição dos agentes criminosos, é **a cessação da atividade ilícita e a recuperação do resultado financeiro criminosamente auferido.** Nesse sentido, deve-se ter em mente que no atual estágio da modernidade em que vivemos, uma simples ligação telefônica ou uma mensagem instantânea pela internet são suficientes para permitir a ocultação de grandes somas de dinheiro, como as que parecem ter remetidas ao exterior no caso ora sob investigação.

Nesse contexto, **a segregação cautelar do investigado**, tal como requerida pelo MPF, é medida que se impõe, seja para garantir a ordem pública, como por conveniência da instrução criminal, nos termos do art. 312 do CPP.

Nesse contexto, **a prisão preventiva dos três investigados**, tal como requerida na representação inicial, é medida que se impõe, seja para garantir a ordem pública, como por conveniência da instrução criminal, nos termos do art. 312 do CPP.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfcjr@jfrj.jus.br

2- PRISÃO TEMPORÁRIA

JFRJ
Fls 1154

O órgão ministerial requereu a prisão temporária de JONATHAN CHAHOUD CHREIM, filho de NISSIM, uma vez que, segundo o *parquet*, ele mantém os negócios do pai ativo, após a saída de NISSIM do Brasil.

O MPF traz aos autos as informações obtidas pelo afastamento telemático do endereço de e-mail de NISSIN, na qual é possível perceber que seu filho efetiva pagamentos rotineiros em favor da VEP TURISMO, por meio de cheques. Tal empresa é de sociedade do cunhado de JONATHAN, e parece ser utilizada como uma administradora das atividades pessoais da família CHREIM.

Cabe ressaltar que NISSIM informou à Receita Federal saída definitiva do Brasil em dezembro de 2017; contudo, as mensagens eletrônicas enviadas pela VEP para seu filho (sempre com cópia para o pai), parecem demonstrar que NISSIM nunca deixou de operar no país.

Ou seja, apesar de NISSIM tentar demonstrar que não possui mais atividades no país, é muito provável que seu suposto esquema se mantenha ativo até os dias atuais por meio de seu filho JONATHAN.

O Ministério Público ainda destaca outro e-mail de outubro de 2018, encaminhado por JONATHAN, com cópia para NISSIM, assinalando o pagamento de despesas de condomínio de casa de veraneio, com cheque de terceiros, o que é capaz de corroborar as declarações dos colaboradores de que NISSIM operava com cheques.

Ademais, de acordo com os dados da Receita Federal, JONATHAN é responsável pela empresa de importação LOTUS Comércio Improtação, Exportação de Artigos do Vestuário LTDA. Contudo, o local da pessoa jurídica, acostado pelo MPF, não coincide com empresa de grande porte, o que leva a crer que tal sociedade é utilizada para o branqueamento de capital.

Nesse contexto, é provável que JONATHAN figure como administrador das atividades da família CHREIM. Assim, a prisão temporária parece medida coerente para o caso.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1155

É ver que a prisão temporária é medida que busca a obtenção de elementos de informação a fim de confirmar a autoria e materialidade dos delitos. Segundo Nucci:

“...é medida urgente, lastreada na conveniência da investigação policial, justamente para, prendendo legalmente um suspeito, conseguir formar, com rapidez, o conjunto probatório referente tanto à materialidade quanto à autoria. Aliás, se fossem exigíveis esses dois requisitos, não haveria necessidade da temporária. O delegado representaria pela preventiva, o juiz a decretaria e o promotor já ofereceria denúncia. A prisão temporária tem a função de propiciar a colheita de provas, quando, em crimes graves, não há como atingi-las sem a detenção cautelar do suspeito.” (NUCCI, Guilherme de Souza, Manual de Processo Penal e Execução Penal, 5ª Ed., Editora RT, 2008)

Assim, além de necessária para a investigação penal, mostra-se indispensável que o delito seja um dos previstos no rol enumerado na Lei nº 7.960/89, como é o caso.

Dessa forma, é plausível a tese acusatória de que o investigado tenha envolvimento com os demais doleiros que operavam no esquema de VINICIUS e CLAUDIO. Em suma, os delitos imputados **ao investigado** relacionam-se à organização criminosa, à lavagem de capital e à evasão de divisas; presente portanto, o *fumus comissi delicti* **o que viabiliza a decretação da prisão temporária.**

Cabe ressaltar, que embora no artigo 1º, inciso III da Lei nº 7960/89 haja a previsão do delito de quadrilha ou bando; a partir de agosto de 2013, com a vigência da Lei nº 12.850/13, tal crime passou a ser reconhecido como associação criminosa, nela incluída a organização criminosa.

Ademais, a imprescindibilidade da medida para a investigação é evidente, assegurando, dentre outros efeitos, que todos os envolvidos sejam ouvidos pela autoridade policial sem possibilidade de prévio acerto de versões entre si ou mediante pressão por parte das pessoas mais influentes do grupo.

Por fim, frise-se que a prisão temporária ora decretada **é resultado de provocação do Ministério Público Federal**, que na sua representação apresenta inúmeras situações em que o ora citado, aparentemente, auxilia seu pai NISSIM nas supostas atividades ilícitas desse.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4° andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1156

Diante dos fatos, **entendo presentes os requisitos autorizadores para a decretação da prisão temporária do requerido**, pois imprescindível às investigações, bem como por existirem fundadas razões (autoria e materialidade) da prática do delito de organização criminosa, nos termos do artigo 1º, incisos I e III, alínea “I”, da Lei nº 7.960/89.

3 – BUSCA E APREENSÃO

A fundamentação explicitada alhures demonstra a extrema importância da autorização da busca e apreensão nos endereços vinculados aos investigados.

Isso porque, há indícios do cometimento dos delitos de evasão de divisas, lavagem de dinheiro e organização criminosa, sendo a medida de busca meio hábil para reforçar a investigação e, por conseguinte, indicar a autoria e materialidade dos delitos imputados.

Ressalte-se que os colaboradores indicam a participação dos investigados como operadores do esquema de compra e venda de dólares e reais engendrados por eles.

Dessa forma, visando à arrecadação de todas as provas possíveis, entendo ser pertinente a busca e apreensão na residência e no endereço profissional dos investigados, pela importância deles no esquema delituoso.

Assim, pelas razões expostas ao longo da fundamentação, entendo que a medida pleiteada afigura-se necessária (artigo 282, I, do CPP) e adequada (artigo 282, II do CPP) porque é apta a permitir à investigação identificar a autoria delitiva e apreender documentos que comprovem os delitos investigados.

Dessa forma, a busca e apreensão deverá ocorrer nos endereços residenciais e profissional dos requeridos nos termos do artigo 240, §1º, “b”, “c”, “e”, “f” e “h” do Código de Processo Penal.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1157

4 – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, presentes os pressupostos e as circunstâncias autorizadoras:

I) DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA dos investigados SERGIO GUARACIABA MARTINS REINAS, NISSIM CHREIM e THANIA NAZLI BATTAT CHREIM e assim o faço para **garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal**, com fundamento nos artigos 312, *caput* e 313, I, ambos do CPP;

II) DECRETO a PRISÃO TEMPORÁRIA do investigado JONATHAN CHAHOUD CHREIM;

III) DETERMINO a BUSCA E APREENSÃO, nos termos do artigo 240 do CPP, nos endereços residencial e comercial, indicados pelo MPF, dos investigados SERGIO GUARACIABA MARTINS, NISSIM CHREIM, THANIA NAZLI BATTAT CHREIM e JONATHAN CHAHOUD CHREIM.

A medida de busca deverá ser cumprida durante o dia, arrecadando-se quaisquer documentos, mídias e outras provas encontradas relacionadas aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, corrupção passiva e ativa, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e/ou documental e organização criminosa, notadamente, mas não limitado, a: **a)** registros e livros contábeis, formais ou informais, comprovantes de recebimento/pagamento, prestação de contas, ordens de pagamento, agendas, cartas, atas de reuniões, contratos, cópias de pareceres e quaisquer outros documentos relacionados aos ilícitos narrados nesta manifestação; **b)** HD's, laptops, smartphones, pen drives, mídias eletrônicas de qualquer espécie, arquivos eletrônicos de qualquer espécie, agendas manuscritas ou eletrônicas, dos investigados ou de suas empresas,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, nº 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1158

quando houver suspeita que contenham material probatório relevante, como o acima especificado; **c)** arquivos eletrônicos pertencentes aos sistemas e endereços eletrônicos utilizados pelos representados, além dos registros das câmeras de segurança dos locais em que se cumpram as medidas; **d)** veículos, joias, obras de arte e valores em espécie em moeda estrangeira ou em reais de valor igual ou superior a R\$ 30.000,00 ou US\$ 10.000,00 e desde que não seja apresentada prova documental cabal de sua origem lícita.

Determino a expedição de mandado individual para cada pessoa e local relacionado, conforme requerido pelo MPF, a ser cumprido no momento mais oportuno. Caberá ao MPF as providências devidas à execução das medidas.

AUTORIZO que a medida de busca e apreensão **seja realizada em unidades das sedes empresariais do mesmo edifício** que sejam identificadas como de utilização de um dos investigados, **bem como salas adjacentes** também identificadas como sendo relativas aos investigados.

AUTORIZO a realização simultânea das diligências a serem efetuadas com o auxílio de autoridades policiais de outros Estados, peritos e de outros agentes públicos, incluindo agentes da Receita Federal e membros do MPF.

DETERMINO que os celulares e tablets apreendidos sejam encaminhados ao Núcleo de Perícia Criminal da Polícia Federal imediatamente após a diligência, a fim de que sejam extraídos os dados e juntados aos autos no prazo de 5 (cinco) dias. Se possível, determino que os dados sejam extraídos por meio da "extração por sistema de arquivos", de modo a permitir a coleta de maior número de informações do dispositivo.

AUTORIZO o acesso aos conteúdos das mídias apreendidas, especialmente em relação aos smartphones, bem como o acesso aos dados armazenados na nuvem relacionados a serviços vinculados aos celulares apreendidos.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU
Seção Judiciária do Rio de Janeiro
Sétima Vara Federal Criminal
Av. Venezuela, n° 134, 4º andar – Praça Mauá/RJ
Telefones: 3218-7974/7973 – Fax: 3218-7972
E-mail: 07vfer@jfrj.jus.br

JFRJ
Fls 1159

Mantenho o **SEGREDO ABSOLUTO DE JUSTIÇA** enquanto perdurar a operação.

Desde já informo às defesas dos investigados que as mídias estão disponíveis em Secretaria para gravação, mediante requerimento por petição eletrônica nos autos, indicando as **folhas e/ou o termo de acautelamento** em que se encontra a mídia desejada, bem como as **folhas da procuração (ou substabelecimento)** do advogado que irá retirar a mídia gravada, devendo ser fornecida mídia nova e lacrada, tendo a Secretaria o prazo mínimo de 24 horas para a sua entrega.

Rio de Janeiro/RJ, 20 de fevereiro de 2019.

(assinado eletronicamente)

MARCELO DA COSTA BRETAS
Juiz Federal Titular
7ª Vara Federal Criminal